

## Associação Nacional de História – ANPUH

### XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

#### Uma vila ao serviço régio: a criação de Guaratuba, na Capitania de São Paulo, sob morgado de Mateus

Maria Fernanda Derntl\*

**Resumo:** Este trabalho trata da elaboração e do desenvolvimento inicial de Guaratuba, vila litorânea na capitania de São Paulo fundada sob o governo de Dom Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, quarto Morgado de Mateus (1765-1775). A partir do estudo dessa vila, pretende-se discutir alguns aspectos da atuação da administração portuguesa na definição da paisagem urbana nos territórios americanos durante o período pombalino. A análise baseia-se em documentos escritos relativos à implantação de Guaratuba, em registros de observadores da época e na cartografia pertinente. Procura-se mostrar que o morgado de Mateus atuou com relativa autonomia nas decisões relativas à Guaratuba, impondo determinações formais para uma ordenação regular do traçado urbano.

**Palavras-chave:** Paisagem Urbana – Guaratuba – Período Pombalino

**Abstract:** This paper addresses the conception and the initial development of Guaratuba, a seaside town in the captaincy of São Paulo, founded during the government of Dom Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, fourth morgado de Mateus (1765-1775). The study of that town intends to discuss some aspects of the Portuguese administration's role in the definition of urban landscape in American territories during the Pombaline period. This analysis is based on written documents concerning the creation of Guaratuba, on reports by observers from that time and on the relevant cartography. This paper seeks to show that morgado de Mateus acted with relative autonomy in decisions concerning Guaratuba as he imposed formal requirements to create a regularly ordered urban pattern.

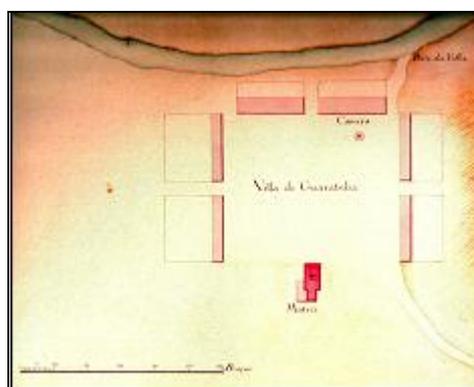
**Key-words:** Urban Landscape – Guaratuba – Pombaline Period

Durante o período pombalino, entre 1750 e 1777, o impulso à elevação de novas vilas pela administração portuguesa nos territórios sul-americanos conjuga-se à intenção de reforçar o controle sobre a ordenação da paisagem urbana. Estudos gerais de história das cidades de origem portuguesa enfatizam a regularidade dos traçados daquele período, atribuindo-a ao trabalho de técnicos dotados de uma formação teórica e inspirados em modelos eruditos. A capitania de São Paulo é considerada periférica para a atuação urbanística portuguesa durante o período pombalino. Ainda assim, iniciativas oficiais de fomento à urbanização por meio da criação de povoações e vilas nessa capitania intensificaram-se entre 1765 e 1775, sob o governo de D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, quarto morgado de Mateus. Uma das preocupações iniciais de Dom Luís Antônio no

\* Arquiteta, mestre e doutoranda na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, bolsista da FAPESP

campo da urbanização foi a implantação de Guaratuba (atual cidade de mesmo nome, no Paraná), com a intenção de contribuir para a ocupação e defesa da baía de Paranaguá, no litoral sul. Guaratuba é considerada um caso exemplar da imposição de padrões ordenados de desenho.

Mas, embora Guaratuba tenha sido iniciada em 1765 e elevada à vila em 1771, as apreciações correntes sobre seu traçado baseiam-se numa planta realizada já na segunda década do século XIX (ver imagem 1), que consta como detalhe de uma folha das “Cartas Corographicas e Hydrographicas De toda a Costa, e Portos da Capitania de São Paulo”. Essa série de cartas traz o resultado de um levantamento da costa da Capitania encomendado a João da Costa Ferreira em 1815, para fins de navegação e controle militar.<sup>1</sup>



**Imagem 1:** Vila de Guaratuba ca. 1815. Autoria de João da Costa Ferreira. Fonte: “Imagens das Vilas e Cidades do Brasil Colonial” (REIS FILHO, 2000: 223).

Na planta de Guaratuba, vêem-se apenas as construções em torno de uma praça retangular junto ao rio. A igreja-matriz, no centro do lado sul, é a construção dominante do conjunto. Em cada um dos outros três lados, há as construções contínuas de casas. Apenas o Pelourinho, situado em frente da Câmara, na parte nordeste do espaço livre, não tem sua disposição vinculada aos eixos da composição, o que talvez se deva ao caráter provisório de sua localização, em frente de uma Casa de Câmara também provisória. Guaratuba apresenta-se como um conjunto unitário, de natureza ordenada, tendo um eixo central enfatizado.

A partir de documentos escritos relativos à implantação de Guaratuba, é possível ver alguns aspectos do modo como se definiu seu desenho. A mais antiga referência à intenção de povoá-la é dada em uma carta ao Conde de Oeiras de 20 de novembro de 1765, escrita quando D. Luís Antônio encontrava-se ainda em Santos, antes de chegar à capital. Nesta carta, depois de comunicar que resolvera dar início às fortificações da vila de

<sup>1</sup> A respeito da atuação de João da Costa Ferreira (1750-1822) ver “O Real Corpo de Engenheiros na Capitania de São Paulo, destacando-se a obra do brigadeiro João da Costa Ferreira” (TOLEDO, 1972).

Paranaguá, D. Luís Antônio afirma também que tomou a decisão de fundar Guaratuba. A escolha daquela localidade é justificada pela situação geográfica do porto estratégico e pela proximidade de minas de ouro, suscitando a necessidade de defesa. Mais adiante, na mesma carta, D. Luís Antônio afirma que dará continuidade àqueles projetos sem esperar ordens régias, já que presume a aprovação.

A implantação da povoação foi encarregada por Dom Luís Antônio a um parente e homem de confiança: seu primo, o ajudante de ordens Afonso Botelho de Sampaio e Souza<sup>2</sup>. Em dezembro de 1765, Afonso Botelho já tinha recebido ordens para convocar os casais de povoadores e para providenciar ferramentas para a construção de casas e farinha para atender às suas necessidades iniciais. Também já tinham sido nomeados um diretor e um clérigo. Em carta daquele mês ao Conde de Oeiras, Dom Luís Antônio faz referências específicas ao traçado urbano: “Tão bem lhe deliniei a formalidade das ruas e praças e os citios em que deviriam edificar, para que fosse mais sadia e lograsse a boa exposição aos rayos do Sol” (*apud* MAFRA, 1952: 32-33). Além de ter decidido a localização da vila, Dom Luis Antônio atribui a si mesmo a definição do aspecto formal das ruas e “praças”, podendo mesmo ter feito um desenho.

A aprovação do Conde de Oeiras àquilo que já vinha sendo feito por Dom Luís Antônio é dada em 22 de julho de 1766. Mas a implantação prosseguia lentamente, havendo dificuldades para se acharem pessoas dispostas a se estabelecerem lá, apesar dos privilégios de isenção do serviço militar concedidos aos povoadores.

Já em 2 de abril de 1767, numa carta em que trata das povoações de Sabaúna e Guaratuba, Dom Luís Antônio apressa Afonso Botelho a iniciar a igreja de Guaratuba e dá diretrizes para a implantação do traçado urbano:

*“mande Vm.<sup>ce</sup> logo formalisar as praças e as ruas, fazendo-lhe plantar estacões grossos e bem seguros, nos angulos de todas as quadras para de huns a outros se cordearem em direitura as ruas, e as primeiras cazas que se fizerem devem ser nos angulos, p.<sup>a</sup> o q` remeterey a Vm. <sup>ce</sup> hum prospecto da figura das cazas para que todas seião feitas pela mesma planta p.<sup>a</sup> ficar a terra mais bonita”* (Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo, 1943, v. 67: 107-9).

Neste trecho, mostra-se a preocupação com a definição da configuração urbana básica, recomendando-se a construção das primeiras casas nas esquinas dos quarteirões e cuidando-se da “direitura” das ruas. Expressa-se ainda a intenção de impor fachadas regulares, o que é visto como um atributo estético.

---

<sup>2</sup> A seu respeito ver “Afonso Botelho de Sampaio e Souza: seu julgamento e seu papel na construção do atual Paraná” (CARNEIRO, 1951).

Mas a escolha do sítio de Guaratuba teve de ser reconsiderada. Em abril de 1767 já parece decidida uma mudança do local inicialmente planejado para uma região mais ao sul. Aí, em local indicado por Afonso Botelho, devia haver um porto sossegado e abrigado dos ventos, que permitiria o ancoradouro de navios grandes e assim facilitaria o comércio, além de contribuir para a “saúde dos povos” por estar voltado para o sol. Mais tarde, a baía de Guaratuba seria descrita pelo viajante francês Auguste Saint-Hilaire como “uma cópia em miniatura da baía do Rio de Janeiro” (SAINT-HILAIRE, 1995:172). Esta comparação pode sugerir que critérios semelhantes foram empregados pela administração portuguesa desde o século XVI para a escolha dos sítios de novas fundações urbanas. Além disso, a preocupação expressa por Dom Luís Antônio com uma configuração que criasse uma cidade “sadia” pode talvez ser relacionada com escritos de tratadistas de arquitetura. Tanto Marcus Vitruvius Pollio como Leon Battista Alberti cuidaram da salubridade do sítio e procuraram assegurar a melhor relação entre o arranjo da cidade e os aspectos de insolação e incidência de ventos.

Mas a escolha do novo local para Guaratuba também deve ter levado em consideração a oposição da Câmara da Vila de São Francisco do Sul, que contestou a jurisdição daquela região por São Paulo. Ainda em julho de 1767, o assunto é tratado por Dom Luís Antônio, que escreve ao governador de Santa Catarina em protesto contra sua intervenção na fundação de Guaratuba.

No ano seguinte, em 1768, há indicações de que as obras da povoação caminham. D. Luís Antônio atende a uma petição dos moradores requerendo meios para estabelecer uma igreja matriz e, enfim, em janeiro de 1770, ordena a Afonso Botelho que eleve à vila a nova povoação, pois lá já haveria “bastante cazas, Igrejas [sic] e outros edificios públicos” (*Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo, 1940, V. 65: 300-301*).

Mas apenas em 27 de abril de 1771 - seis anos depois da primeira menção à intenção de fundar Guaratuba - é que se proclama o auto de ereção da vila. Conforme a fórmula costumeira adotada durante o governo de Dom Luís Antônio, o auto de ereção da vila de São Luís de Guaratuba inicia-se fazendo menção às Cartas Instrutivas de Pombal de 26 de janeiro de 1765 determinando que “era muito conviniente ao Real Serviço que nesta Capitania se erigissem Vilas naquelas partes que fossem mais convenientes e que a elas se congregassem todos os que vissem em sítios volantes para morarem em povoações civis”. (*apud* MAFRA, 1952:36-37). A elevação à vila vincula-se às determinações régias para impor a fixação e a congregação da população, visando a substituir a tradicional ocupação dispersa por padrões urbanos de inspiração européia.

Já cinco anos depois da elevação à vila, documentos produzidos durante o governo do General Martim Lopes Lobo Saldanha indicam que Guaratuba não teria prosperado. Em 1776, o governador escreve ao sargento-mor de Paranaguá: “Vejo a viva pintura que Vmce. me faz da denominada Vila de Guaratuba, e não sei de quem mais me ria, se della, se de seus intitulados fundadores”. E, no ano seguinte, o governador afirma ter tomado conhecimento da decadência da vila, atribuindo-a à “falta de distinção” de seu capitão-mor e sargento, o que teria causado a deserção de várias famílias de povoadores. (*apud* MAFRA, 1952: 103).

O depoimento de Auguste Saint-Hilaire sobre sua estada de dois dias em Guaratuba em 1820 traz mais informações sobre o estado em que se encontraria a vila aproximadamente na mesma época em que deve ter sido traçada a já citada planta de Guaratuba (ver imagem 1). Depois de descrever o percurso a partir de Paranaguá e a baía de Guaratuba, Saint-Hilaire dá suas impressões sobre a vila:

*“É composta de apenas umas quarenta casas (1820) sendo que quinze delas formam um semicírculo à beira da angra. As outras estão localizadas mais atrás, à volta de uma extensa praça coberta de relva, na extremidade da qual fica a igreja. As mais antigas não passam de míseros casebres feitos de paus cruzados e em péssimo estado de conservação; entretanto, pouco antes da minha passagem por ali haviam sido construídas algumas casas bonitas, feitas de pedra. A igreja, também de pedra, é pouco ornamentada, porém limpa e bem iluminada, é dedicada a São Luís, rei da França”.* (SAINT-HILAIRE, 1995: 174)

Essa descrição de uma praça ampla tendo a igreja num dos lados aproxima-se daquilo que foi representado no desenho feito por volta de 1815. No entanto, considerando-se o número de casas citado por Saint-Hilaire, é pouco provável que essas construções ocupassem continuamente os três lados da praça, tal como se vê naquele desenho. Além disso, os diferentes materiais e estados de conservação das casas impediriam que a praça fosse vista como um espaço ordenado conforme sugere aquela planta. Saint-Hilaire cita ainda casas dispostas em semicírculo à beira da angra, que não foram representadas no desenho, talvez porque viriam perturbar o aspecto harmônico do conjunto ali representado. Também é provável que a igreja, de feições modestas, não apresentasse a mesma ênfase no conjunto que o desenho em planta sugere.

Ainda conforme os registros de Saint-Hilaire, na segunda década do século XIX Guaratuba estaria numa situação de “abandono e isolamento, como se não fizesse parte da pátria comum”, o que ele atribui à ausência de ligações terrestres com outras povoações. Os próprios habitantes da região lhe teriam dito que, quando recebeu o título de vila, Guaratuba teria sido descrita ao governador “não como era na ocasião e sim como talvez se tornasse um dia” (SAINT-HILAIRE, 1995: 174-177). Este depoimento pode sugerir que o governador não

sabia do real estado da vila no momento de sua fundação, pois o que seus encarregados lhe teriam descrito seria a projeção de um possível futuro. No entanto, é provável que Dom Luís Antônio estivesse ciente das condições iniciais da povoação, mas também apostasse no seu desenvolvimento posterior, como sugere sua menção à expectativa de “acrescentamento das terras para o futuro” (*Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, 1943, V. 67: 107-9).

A partir das observações de Saint-Hilaire, é possível entender que a percepção de um observador seria bem diferente daquilo que o desenho da planta na mesma época sugere. Embora aquele desenho informe sobre a disposição geral dos elementos de Guaratuba, não deve ter sido feito para representar com exatidão o estado em que se achava a vila. Sua intenção parece mesmo ter sido expressar uma imagem ideal prevista.

### **Conclusões**

A análise do modo como se criou Guaratuba na segunda metade do século XVIII permitiu ver que essa vila litorânea da Capitania de São Paulo deveria expressar em seu traçado a presença da autoridade portuguesa.

A tônica da bibliografia sobre o período pombalino é a atuação urbanística centralizada da Coroa portuguesa, apoiada num quadro de técnicos especializados, os engenheiros-militares. No entanto, o que se viu foi o governador D. Luís Antônio agindo com relativa autonomia nas decisões pertinentes à Guaratuba e respaldando-se em instruções régias de caráter apenas geral. D. Luís Antônio atuou tanto na escolha do sítio da povoação como na definição das feições urbanas e pode mesmo ter feito um desenho do plano da vila.

Talvez sua intervenção se devesse à carência de técnicos especializados nesse trabalho: já em 1770 o governador reclama da “grande falta q’ há entre os militares de pessoas habéis na Geometria com notável detrimento do Real Serviço” (*Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, 1924, v. 65: 342-343).

Como mostram os respectivos estudos específicos de Maria Helena Ochi Flexor (1998) e Renata Klautau M. de Araújo (2000), outros governadores da geração ilustrada, José Xavier Machado Monteiro, em Porto Seguro e D. Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, no Mato Grosso, também teriam feito eles mesmos desenhos de algumas das vilas que mandaram fundar, baseando-se numa disciplina geométrica. Neste sentido, pode-se entender que os princípios de regularidade dos traçados não seriam defendidos exclusivamente por engenheiros-militares, mas deveriam fazer parte de um saber que, embora

ainda não tivesse sido sistematizado de modo mais científico, talvez já estivesse difundido pelo menos entre uma elite de funcionários administrativos.

As dificuldades para o estabelecimento da vila e a precariedade de suas construções já poucos anos depois da sua fundação podem ser vistas como evidências do caráter “artificial” ou “fugaz” muitas vezes atribuído aos núcleos urbanos do período colonial. O governo de D. Luís Antônio teria mesmo o perfil de despender esforços excessivos e de agir de modo incompatível com as condições materiais concretas. (BELLOTTO, 1976:236). Ainda assim, o desenho realizado por volta de 1815 parece mostrar a permanência, pelo menos como intenção, daquilo que teria sido previsto pelo governador na época da implantação da vila.

### Referências bibliográficas

ARAÚJO, Renata M. de. **As cidades da Amazônia no século XVIII**: Belém, Macapá e Mazagão. Porto: FAUP, 1998.

ARAÚJO, Renata K. Malcher. **A Urbanização do Mato Grosso no século XVIII**: Discurso e Método. Dissertação de Doutorado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2000.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **O Governo do Morgado de Mateus**: primórdios da restauração da Capitania de São Paulo (1765-1775). Tese de doutorado, FFLCH-USP, 1976.

BUENO, Beatriz P. S. **Desenho e Desígnio**: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822). Tese de doutorado. FAUUSP, 2001 (2ª versão – 2003).

CARITA, Helder; ARAÚJO, Renata (coords.). **Colectânea de Estudos**. Universo Urbanístico Português: 1415-1822. Lisboa: CNCDP, 1998.

CARNEIRO, David. **Afonso Botelho de Sampayo e Souza: seu julgamento e seu papel na construção do atual Paraná**. Curitiba: Requião, 1951.

DELSON, Roberta Marx. **Novas Vilas para o Brasil-Colônia**. Planejamento espacial e social no século XVIII. Brasília: Ed. Alva-Ciord, 1997.

DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA A HISTORIA E COSTUMES DE SÃO PAULO. São Paulo: Departamento de Arquivo do Estado, v. 65, 1924 ; v.67, 1943.

FERNANDES, José-Manuel. *L'Inde et le sud du Brésil*. In: Malverti, Xavier; Pinon, Pierre (org.). **La ville régulière**: modèles et tracés. Paris: Picard, 1997. p. 111-121.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Cidades e Vilas Pombalinas no Brasil do Século XVIII*. In: CARITA, Helder; ARAÚJO, Renata (coords.). **Colectânea de Estudos**. Universo Urbanístico Português: 1415-1822. Lisboa: CNCDP, 1998, p. 256-266.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Núcleos Urbanos criados por Pombal no Brasil do século XVIII*. In: Machado, Denise B. Pinheiro (org.). **Anais do IV seminário de história da cidade e do urbanismo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p. 602-618.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MAFRA, Joaquim da Silva. **História do Município de Guaratuba**. Guaratuba. 1952.

MOREIRA, Rafael. **A Arte da Ruação e a Cidade Luso-Brasileira** (Séculos XVI-XVIII). In: Cadernos de Pesquisa do LAP, FAUUSP, nº37.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Aparência das Vilas e Cidades no Brasil*. **Cadernos de Pesquisa do LAP**. FAUUSP, nº 20, p. 40-73.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução Urbana do Brasil 1500/1720**. 2ª ed. São Paulo: PINI, 2001.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens das Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. [Colaboradores: Beatriz P. S. Bueno e Paulo J. V. Bruna]. São Paulo: EDUSP, Imprensa Oficial do Estado, FAPESP, 2000.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Urbanismo en Brasil*. Séculos XVI-XVII. In: ALOMAR, Gabriel. **De Teotihuacán á Brasília**: estudios de historia urbana iberoamericana y filipina. Madrid: Inst. de Administración Local, 1987, p. 352-369.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pela Comarca de Curitiba**. Curitiba, Fundação Cultural, 1995.

SANTOS, Paulo F. **Formação de Cidades no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

SMITH, Robert. **Urbanismo Colonial no Brasil**. Tese apresentada ao II Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, realizado em São Paulo no ano de 1954. São Paulo, FAUUSP, p. 21-22.

TEIXEIRA, Manuel C. (coord.). **A Construção da Cidade Brasileira**. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

TOLEDO, Benedito Lima de. **O Real Corpo de Engenheiros na Capitania de São Paulo, destacando-se a obra do brigadeiro João da Costa Ferreira**. Tese de doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1972, p. 82-84).

TEIXEIRA, Manuel C. , VALLA, Margarida. **O urbanismo português**. Séculos XIII-XVIII. Portugal-Brasil. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.